

Informações Trimestrais - ITR

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR e Controladas

31 de março de 2012
com Relatório sobre a Revisão de Informações
Trimestrais

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Informações Trimestrais - ITR

31 de março de 2012

Índice

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais..... 1

Informações trimestrais - ITR

Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado.....	10
Notas explicativas às informações trimestrais.....	11

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos

Conselheiros, Acionistas e Diretores da

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – Invepar (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

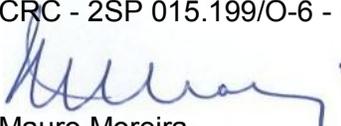
Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 09 de maio de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ



Mauro Moreira
Contador CRC - 1RJ 072.056/O-2



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Balancos patrimoniais
Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	808.618	220.580	845.579	266.314
Aplicações financeiras (Nota 4)	-	-	276.488	277.320
Contas a receber (Nota 5)	-	-	30.145	31.817
Estoques (Nota 6)	-	-	15.564	13.535
Impostos a recuperar (Nota 7)	17.035	9.238	22.616	24.740
Debêntures (Nota 8)	1.835	38.415	-	-
Adiantamento a fornecedores	219	98	3.478	3.046
Partes relacionadas (Nota 8)	51.508	-	75.342	12.413
Outros	1.076	279	11.885	12.289
	880.291	268.610	1.281.097	641.474
Ativo não circulante				
Aplicações financeiras (Nota 4)	-	-	34.889	34.609
Partes relacionadas (Nota 8)	-	-	180.397	9.292
Contas a receber (Nota 5)	-	-	4.172	4.365
Impostos a recuperar (Nota 7)	1.065	1.443	5.355	1.443
Impostos diferidos ativos (Nota 7)	-	-	148.132	135.302
Debêntures (Nota 8)	506.156	498.712	-	-
Depósitos judiciais	200	200	41.546	37.365
Investimentos (Nota 9)	2.380.552	1.453.534	145	146
Imobilizado (Nota 12)	2.887	3.003	211.892	210.496
Intangível (Nota 13)	2.932	282	4.720.527	3.864.497
Outros	1.244	1.244	117	143
	2.895.036	1.958.418	5.347.172	4.297.658
Total do ativo	3.775.327	2.227.028	6.628.269	4.939.132

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Balancos patrimoniais – Continuação
Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Passivo e patrimônio líquido				
Passivo circulante				
Fornecedores	1.486	1.577	32.013	39.069
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	-	-	190.362	495.212
Debêntures (Nota 15)	-	94.250	595.110	120.139
Impostos a recolher (Nota 7)	1.234	920	21.965	34.340
Obrigações com empregados e administradores	7.195	5.736	45.489	39.582
Concessão de serviço público (Nota 16)	-	-	344.212	348.469
Provisão para manutenção (Nota 18)	-	-	73	73
Adiantamentos de clientes	-	-	7.703	11.955
Partes relacionadas (Nota 8)	-	-	114.424	12.505
Outros	-	-	8.429	8.880
	9.915	102.483	1.359.780	1.110.224
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	-	-	1.225.114	1.190.214
Debêntures (Nota 15)	-	443.299	52.176	845.209
Impostos a recolher (Nota 7)	-	-	4.741	1.930
Impostos diferidos passivos	-	-	3.699	6.288
Concessão de serviço público (Nota 16)	-	-	128.241	58.318
Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais (Nota 17)	-	-	15.437	15.216
Receita diferida	-	-	53.067	11.662
Provisão para manutenção (Nota 18)	-	-	15.634	14.606
Outros	-	-	585	-
	-	443.299	1.498.694	2.143.443
Total do passivo	9.915	545.782	2.858.474	3.253.667
Patrimônio líquido (Nota 19)				
Capital social	3.351.960	1.699.466	3.351.960	1.699.466
Reserva de capital	432.539	-	432.539	-
Prejuízo acumulado	(27.512)	(18.220)	(27.512)	(18.220)
Ajustes acumulados de conversão	8.425	-	8.425	-
	3.765.412	1.681.246	3.765.412	1.681.246
Participação dos não controladores	-	-	4.384	4.219
Total do patrimônio líquido	3.765.412	1.681.246	3.769.796	1.685.465
Total do passivo e patrimônio líquido	3.775.327	2.227.028	6.628.269	4.939.132

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Demonstrações dos resultados

31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto resultado por lote de mil ações, expresso em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Receita de serviços (nota 25)	-	-	252.642	203.746
Receita de construção	-	-	85.983	109.968
Receita total	-	-	338.625	313.714
Custo de serviços	-	-	(141.107)	(102.682)
Custo de construção	-	-	(84.898)	(106.005)
Lucro bruto	-	-	112.620	105.027
Despesas gerais e administrativas	(15.084)	(5.410)	(54.727)	(58.089)
Equivalência patrimonial	11.380	(11.553)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	37	-	(1.603)	50
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	(3.667)	(16.963)	56.290	46.988
Receitas financeiras (nota 20)	27.814	24.896	60.957	17.125
Despesas financeiras (nota 20)	(33.439)	(23.051)	(121.933)	(81.669)
Resultado antes dos impostos	(9.292)	(15.118)	(4.686)	(17.556)
Imposto de renda e contribuição social:	-	-	(4.441)	2.606
Resultado antes da participação dos acionistas não controladores	(9.292)	(15.118)	(9.127)	(14.950)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	(165)	(168)
Resultado líquido do período	(9.292)	(15.118)	(9.292)	(15.118)
Resultado básico e diluído por lote de mil ações	(0,03)	(0,06)	(0,03)	(0,06)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Demonstração consolidada do resultado abrangente
31 de março de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2010	31/12/2011	31/12/2010
Lucro líquido do exercício	(9.292)	(15.118)	(9.292)	(15.118)
Outros resultados abrangentes				
Diferenças cambiais sobre a conversão de operações estrangeiras	8.425	-	8.425	-
Total de resultado abrangentes do período, líquidos de impostos	(867)	(15.118)	(867)	(15.118)
Atribuível a				
Acionistas controladores	(867)	(15.118)	(702)	(14.950)
Acionistas não controladores	-	-	(165)	(160)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Reserva de capital	Reserva de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total consolidado
		Ágio na emissão de ação	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros					
Em 31 de dezembro de 2010	1.341.591	-	13.941	27.442	-	-	1.382.974	4.243	1.387.217
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(15.118)	(15.118)	(168)	(14.950)
Em 31 de março de 2011	1.341.591	-	13.941	27.442	-	(15.118)	1.367.856	4.441	1.372.267
Em 31 de dezembro de 2011	1.699.466	-	-	-	-	(18.220)	1.681.246	4.219	1.685.465
Aumento de capital (Nota19)	1.255.861	-	-	-	-	-	1.255.861	-	1.255.861
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(9.292)	(9.292)	165	(9.127)
Integralização de ações (Nota 10 e 19)	396.633	432.539	-	-	-	-	829.172	-	829.172
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	8.425	-	8.425	-	8.425
Em 31 de março de 2012	3.351.960	432.539	-	-	8.425	(27.512)	3.765.412	4.384	3.769.796

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa
31 de março de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos impostos	(9.292)	(15.118)	(4.686)	(17.556)
Ajustes para reconciliar o prejuízo com o caixa gerado pelas atividades operacionais				
Participação dos não controladores	-	-	165	168
Equivalência patrimonial	(11.380)	11.553	-	-
Depreciações e amortizações	1.360	146	48.212	36.118
Baixa de imobilizado e intangível	82	-	(964)	-
Ajuste a valor presente	-	-	663	-
Margem de construção	-	-	(1.085)	(3.963)
Provisões diversas	1.119	51	3.600	3.040
Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidas	3.671	-	82.355	81.669
(Aumento) redução nos ativos operacionais				
Aplicações financeiras	-	-	552	515
Contas a receber de clientes	-	-	1.865	667
Impostos correntes e diferidos	(7.419)	(21)	(14.618)	(14.645)
Depósitos judiciais	-	-	(4.181)	(2.312)
Estoques	-	-	(2.029)	(1.460)
Adiantamentos	(121)	(265)	(432)	(1.194)
Outros Créditos	(797)	(956)	430	(619)
Partes relacionadas	-	-	(234.034)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(91)	(1.817)	(7.056)	12.403
Partes relacionadas	-	-	101.919	-
Obrigações com empregados e administradores	1.459	444	5.907	4.613
Impostos correntes e diferidos	314	(59)	(12.153)	(8.025)
Adiantamentos de clientes	-	-	(4.252)	(17)
Concessão de serviço público	-	-	65.666	(7.472)
Receita diferida	-	-	41.405	-
Outras obrigações e contas a pagar	-	-	134	(3.203)
Caixa gerado (consumido) nas atividades operacionais	(21.095)	(6.042)	67.382	78.727
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aporte em controladas	(80.000)	(75.000)	-	-
Captação de operações com partes relacionadas	80.367	42.499	-	1.939
Destinação de operações com partes relacionadas	(131.648)	-	-	-
Aquisição de intangível	(2.734)	7	(103.320)	(113.954)
Aquisição de imobilizado	(102)	(820)	(12.749)	(10.161)
Caixa consumido nas atividades de investimento	(134.117)	(33.314)	(116.069)	(122.176)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital social	1.255.861	-	1.255.861	-
Aquisição/pagamentos de debêntures	(570.948)	-	(570.948)	-
Emissão/recebimentos de debêntures	49.439	-	180.000	-
Captação de empréstimos	-	-	251.362	58.448
Pagamento de empréstimos	-	-	(497.221)	-
Recebimento de dividendos e JCP	-	42.522	-	-
Incorporação de caixa de empresa adquirida	473	-	473	-
Ajuste acumulado de conversão	8.425	-	8.425	-
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	743.250	42.522	627.952	58.448
Aumento líquido no caixa e equivalente de caixa	588.038	3.166	579.265	14.999
Saldo de caixa e equivalente no início do período	220.580	2.161	266.314	93.583
Saldo de caixa e equivalente no final do período	808.618	5.327	845.579	108.582
Aumento líquido no caixa e equivalente de caixa	588.038	3.166	579.265	14.999

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Demonstrações do valor adicionado
31 de março de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	31/03/2012		31/03/2011		31/03/2012		31/03/2011	
	R\$	(%)	R\$	(%)	R\$	(%)	R\$	(%)
Receitas	-	-	-	-	359.265		331.590	
Vendas de serviços	-	-	-	-	273.076		220.261	
Receita de construção	-	-	-	-	85.983		109.968	
Provisão para devedores duvidosos	-	-	-	-	(43)		(133)	
Outras receitas	-	-	-	-	249		1.494	
Insumos adquiridos de terceiros	(7.251)		(1.682)		(176.610)		(182.400)	
Custos dos serviços vendidos	-	-	-	-	(37.764)		(29.756)	
Custo de construção	-	-	-	-	(84.898)		(85.084)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.230)		(1.682)		(53.104)		(66.931)	
Perda/recuperação de valores ativos	-	-	-	-	-		(24)	
Outros custos	(21)		-		(844)		(605)	
Valor adicionado bruto	(7.251)		(1.682)		182.655		149.190	
Retenções	(1.360)		(146)		(48.212)		(36.118)	
Depreciação e amortização	(1.360)		(146)		(48.212)		(36.118)	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(8.611)		(1.828)		134.443		113.072	
Valor adicionado recebido em transferência	39.194		13.343		60.957		17.125	
Resultado de equivalência patrimonial	11.380		(11.553)		-		-	
Receitas financeiras	27.814		24.896		60.957		17.125	
Valor adicionado total a distribuir	30.583	100	11.515	100	195.400	100	130.197	100
Distribuição do valor adicionado	30.583	100	11.515	100	195.400	100	130.197	100
Pessoal e encargos	4.884	15	2.968	26	48.695	25	43.779	34
Impostos, taxas e contribuições	1.143	4	214	2	33.349	17	19.390	15
Remuneração capital de terceiros	33.848	107	23.451	204	122.484	63	81.978	63
Remuneração de capital próprio	(9.292)	(26)	(15.118)	(131)	(9.127)	(5)	(14.950)	(11)
Participação dos não Controladores nos lucros retidos	-	-	-	-	165	-	168	0

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR (“Companhia”), cuja sede está localizada na Avenida Almirante Barroso, 52, 30º andar, Centro - Rio de Janeiro - RJ foi constituída sob a forma de “sociedade anônima”. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores e tem como objeto social a participação em outras sociedades, notadamente no setor de infraestrutura, como segue:

Empresas controladas	Participação no capital total (%) em 31/03/2012
Concessões rodoviárias:	
Linha Amarela S.A. – LAMSA	99,99
Concessionária Litoral Norte S.A. – CLN	91,49
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART	99,99
Concessionária Bahia Norte S.A. – CBN	50,00
Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT	24,91
Concessionária Rota do Atlântico – CRA	50,00
Línea Amarilla S.A.C – LSC	99,99
Transportes urbanos:	
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A - METRÔRIO	99,99

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações trimestrais em 09 de maio de 2012.

2. Políticas contábeis

As informações trimestrais da controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09 – Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e a aplicação do método de equivalência patrimonial, que para fins de *International Financial Reporting Standards - IFRS* seria por custo ou valor justo.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As informações trimestrais (controladora e consolidado) foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de março de 2012.

As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As informações trimestrais estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Bases de consolidação

As informações trimestrais consolidadas incluem a INVEPAR, suas controladas e controladas em conjunto, nas quais as participações da INVEPAR estão compostas como segue:

	% de participação da INVEPAR			
	Votante	Total	Votante	Total
	31/03/2012		31/12/2011	
LAMSA	99,99	99,99	99,99	99,99
CLN	99,99	91,49	99,99	91,49
CART	99,99	99,99	99,99	99,99
METRÔRIO	99,99	99,99	99,99	99,99
CBN	50,00	50,00	50,00	50,00
CRT	36,88	24,91	36,88	24,91
CRA	50,00	50,00	50,00	50,00
LSC	99,99	99,99	-	-

As informações trimestrais das controladas em conjunto CBN, CRT e CRA foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das informações trimestrais de tais investidas. As demais controladas foram consolidadas somando-se integralmente as contas de ativo, passivo e resultado, destacando-se a participação dos acionistas não controladores, quando aplicável.

A consolidação é feita a partir da data de aquisição de cada investida e tem como principais procedimentos: (i) a eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas; e (ii) a eliminação das participações no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas.

Os períodos das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subseqüentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 (IAS 39) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Combinação de negócios

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.3. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis—Continuação

2.3. Reconhecimento de receita --Continuação

c) Receita de construção

Adicionalmente, considerando que a Companhia possui investimentos em concessões rodoviárias e metroviária, e que tais concessões são alcançadas pela ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

As margens de construção são calculadas por empresa, de acordo com a particularidade de cada negócio, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária de cada concessionária e os custos incorridos pelas empresas com o gerenciamento e acompanhamento das obras, conforme determinado pelo OCPC 05 – Contratos de Concessão.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas informações trimestrais de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a entidade atua ("a moeda funcional"). As informações trimestrais consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, definido pela Administração da Companhia, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Nas entidades do Grupo, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, os ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço e as receitas e despesas são convertidas pela taxa média de câmbio, exceto para operações específicas que, por sua relevância, são convertidas pela taxa da data da operação. Todas as diferenças de câmbio são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, sob o título de Ajuste Acumulados de Conversão.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

2.7. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 - Investimento em coligada e controlada (IAS 28), para fins de informações trimestrais da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido (ou prejuízo) atribuível aos acionistas da controlada. As informações trimestrais das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de informações trimestrais da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectivas, quando for o caso.

Também fazem parte do Imobilizado equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.9. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão das controladas CART, METRÔRIO, LAMSA, CLN, CBN, CRT, CRA e LSC e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas das concessões classificados como ativo intangível, em atendimento ao ICPC 01 - Contratos de Concessão.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Intangível--Continuação

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.10. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Até 31 de março de 2012 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.12. Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota	
		Receitas com pedágio e vendas de passagens	Demais receitas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% ou 5,00% (*)	-

(*) A alíquota de Impostos Sobre Serviços é de 2,00% para transporte de passageiros e 5,00% para operação de rodovias.

A Companhia e suas controladas adotam o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30 - Receitas, tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12. Tributação--Continuação

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos das controladas são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de apuração e diferenças temporárias e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o lucro, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Plano de previdência e outros benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Aprovado pela Deliberação CVM 600/09, o CPC 33, correlacionado ao IAS 19 - Benefícios a Empregados e sua norma de interpretação IFRIC - 14, dá orientações sobre os cálculos, definições de premissas, registros e limitações aos registros de ativos atuariais em função de obrigações futuras ou restrições legais ou contratuais sobre estes ativos.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-aposentadoria da controlada METRÓRIO representa o valor presente das obrigações, excluindo ganhos e perdas atuariais não reconhecidas. O custo de proporcionar benefícios pós-aposentadoria é apropriado na demonstração de resultados durante os períodos que beneficiam os serviços do empregado. Ganhos e perdas atuariais que excedam 10% das obrigações do plano são distribuídos ao longo do restante da vida útil média dos empregados participantes do plano e são refletidas no lucro operacional.

2.14. Resultado por ação

O resultado por ação é calculado com base no CPC 41 – Resultado por ação. O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia identificou os seguintes ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente: (i) concessões de serviços públicos e (ii) provisão para manutenção. As taxas de juros implícitas entre 4,8% a.a. e 10% a.a., aplicadas, foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações trimestrais da controladora e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Impostos--Continuação

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Provisão para manutenção

As controladas provisionam, quando aplicável, os gastos com manutenção pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, com base na melhor estimativa para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefício definido da controlada MetrôRio e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração da controlada MetrôRio considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente à duração da obrigação de benefício definido.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide nota explicativa 21.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.18. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelos caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e instrumentos com característica de hedge. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos, financiamentos e debêntures.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Mensuração subsequente--Continuação

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração. Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.18. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Mensuração subsequente--Continuação

Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.19. Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode-se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. As informações por segmento estão apresentadas na nota explicativa 11.

2.20. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.21. Ativo não circulante mantido para venda

Os ativos não circulantes (imóveis) mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Os ativos são classificados como mantidos para venda se seus valores forem recuperados por meio de uma transação de venda. Essa condição é cumprida apenas quando a venda for altamente provável e os ativos estiverem disponíveis para venda imediata em sua condição atual. Em 2011 a Administração realizou a venda dos imóveis que estavam mantidos para venda.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.22. Contratos de concessão - ICPC 01

As controladas contabilizam os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão.

2.23. Novos pronunciamentos contábeis

2.23.1. Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis brasileiro, a Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos de novos pronunciamentos em suas informações trimestrais.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Contratos de concessão

As controladas LAMSA, CLN, CART, METRÔRIO e LSC e as controladas em conjunto CBN, CRT e CRA são empresas que detêm contratos de concessão para exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. Segue abaixo um breve descritivo de cada contrato:

a) LAMSA

A Linha Amarela S.A. - LAMSA detém contrato de operação e exploração da via expressa denominada Linha Amarela, por meio da cobrança de pedágio. O contrato de concessão foi iniciado em janeiro de 1998, com prazo de 25 anos, sendo a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ). O contrato de concessão prevê o reajuste anual na tarifa de pedágio com base na variação do IPCA-E.

Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária. Extinta a concessão, retornam à PCRJ todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração da via expressa.

Em 14 de maio de 2010, foi assinado o 11º termo aditivo ao contrato de concessão, no qual a Companhia assumiu novas obrigações para a realização de obras e outras intervenções, visando principalmente à melhoria da fluidez viária.

Como contrapartida destes investimentos que serão realizados pela LAMSA, a PCRJ prorrogou o contrato de concessão por mais 15 anos e reajustará a tarifa de pedágio em 2,32% acima da variação do IPCA-E entre 2012 e 2015.

Em 31 de março de 2012, a LAMSA já havia desembolsado o montante de R\$ 248.002 (R\$ 247.608 em 31 de dezembro de 2011) para as obras de melhorias de fluidez da via.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Contratos de concessão--Continuação

b) CLN

A Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN detém o direito de operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA, em 21 de fevereiro de 2000, com prazo de 25 anos para a sua exploração por meio da cobrança de pedágio. O contrato de concessão prevê o reajuste anual da tarifa de pedágio com base em fórmula paramétrica baseada na variação dos índices IT, IP, IOAE, INCC, IC e IGPM, calculados pela Fundação Getúlio Vargas.

Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária. Entretanto, a CLN terá direito a indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução não conste no contrato de concessão e tenha sido devidamente autorizada pelo Poder Concedente.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Em 27 de abril de 2005, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, foi assinado o Termo Aditivo de Re-Ratificação ao Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado entre a Companhia e a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA. No aditivo foi determinado o aumento do prazo do Contrato de Concessão por mais dez anos, passando a ter seu término em 20 de março de 2035.

Em virtude da abertura de “rotas de fuga” por iniciativa da Prefeitura Municipal de Camaçari, a CLN enfrenta uma considerável queda em suas receitas operacionais.

Em novembro de 2011, a referida “rota de fuga” foi fechada em virtude da decisão da 5º vara da fazenda pública do Estado da Bahia, sendo reaberta em dezembro pela 5º vara que acatou o recurso da prefeitura municipal de Camaçari.

Em 26 de janeiro de 2012, a “rota de fuga” voltou a ser fechada por decisão da 2º Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Bahia.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Contratos de concessão--Continuação

c) CART

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART detém o direito de operar e explorar, através de cobrança de pedágio, a concessão outorgada em 16 de março de 2009 pelo estado de São Paulo, representado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado de São Paulo - ARTESP, das rodovias SP-270, SP-225, SP-327 e acessos, com prazo de 30 anos, contados a partir do início das operações, ocorrido em 17 de março de 2009.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustadas anualmente, com data base no mês de julho, pela variação do IPCA do período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela ARTESP, que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

Como contrapartida à concessão outorgada pela ARTESP à CART, foi paga outorga fixa de R\$668.901 e serão realizados investimentos da ordem de R\$2.250.281 para ampliação da rodovia, construção de postos de pesagem, trevos, alças, passarelas, instalação de postos de serviços de atendimento aos usuários, entre outras melhorias.

Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A CART terá direito a indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, tenha sido devidamente autorizada pelo Poder Concedente, e ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Contratos de concessão--Continuação

d) METRÔRIO

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - METRÔRIO detém o direito exclusivo de operar e explorar as concessões das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro por meio da venda de passagens, inclusive de viagens integradas com operadoras de outros modais de transporte, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô, do respectivo Contrato de Concessão e de seus aditivos, esses últimos firmados entre o METRÔRIO e o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Além da receita com passagens, o METRÔRIO faz jus a receitas acessórias, dentre as quais, de exploração comercial de espaços disponíveis nas áreas objeto da concessão.

O METRÔRIO é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao METRÔRIO a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens; sendo responsabilidade do METRÔRIO zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Em 27 de dezembro de 2007, o METRÔRIO firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutiva, até 27 de janeiro de 2038. Até aquele momento, com base nos termos até então vigentes, a concessão se encerraria em 27 de janeiro de 2018. A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo METRÔRIO, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Contratos de concessão--Continuação

d) METRÔRIO--Continuação

O Contrato determinava e o Aditivo manteve o reajuste anual da tarifa unitária de acordo com a variação do Índice Geral de Preços-Mercado ("IGP-M"), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

No evento da extinção do contrato de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, bem como direitos e privilégios vinculados à concessão. O METRÔRIO terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos que ele tenha feito ao longo do período em que explorar a respectiva concessão, respeitando os termos do Parágrafo 22º, da Cláusula 17ª do Aditivo.

e) CBN

A Concessionária Bahia Norte S.A. - CBN detém o direito de operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, trechos das rodovias BA 093, BA 512, BA 521, BA 524, BA 526 e BA 535, sistema rodoviário Bahia Norte, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pela AGERBA em 17 de agosto de 2010.

O contrato de concessão tem duração de 25 anos, contados a partir da data da assinatura, e a tarifa será reajustada anualmente pelo IPCA. Durante a vigência do contrato estão previstos investimentos da ordem de R\$ 805.000 para ampliação da capacidade de tráfego, implantação de acostamentos, construção de passarelas e adequação de paradas em trechos urbanos, entre outras melhorias.

Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Contratos de concessão--Continuação

f) CRT

A Concessionária Rio Teresópolis - CRT detém o direito de explorar mediante cobrança de pedágio, sob forma de concessão não onerosa de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, tendo início no entroncamento com a rodovia BR-40/RJ até Além Paraíba, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A CRT mantém Convênio Especial de Cooperação Técnica com a ANTT para a realização de serviços, estudos e pesquisas concernentes às diversas áreas da engenharia rodoviária, como também para troca de experiências e informações técnicas com os organismos nacionais e internacionais, em congressos, reuniões técnicas, cursos e desenvolvimento de trabalhos conjuntos. O convênio destina 0,25% da receita prevista no contrato de concessão, sendo anual a sua utilização.

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A CRT, até a presente data, tem realizado os investimentos e trabalhos constantes do Contrato de Concessão e do Programa de Exploração da Rodovia (PER) dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido pelo DNER, atual ANTT, não prevendo mudanças nesse aspecto.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Contratos de concessão--Continuação

g) CRA

A Concessionária Rota do Atlântico S.A. detém o direito de operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes o Complexo Viário e Logístico de SUAPE - Express Way, promovendo o desenvolvimento e a implementação de soluções de integração entre o Porto de SUAPE e as indústrias e acessos rodoviários nele situados. No contrato de concessão estão previstos investimentos da ordem de R\$ 300.000 ao longo dos 35 anos de concessão.

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

h) LSC

A Linea Amarilla S.A.C. – LAMSAC detém contrato de operação e exploração da via expressa denominada Linea Amarilla. O contrato de concessão foi assinado em 12 de novembro de 2009 e tem prazo de 30 anos, sendo outorgado pela Municipalidad Metropolitana de Lima, PERU. Nos termos do contrato o prazo de concessão poderá ser renovado por períodos adicionais de até 5 anos e que não excedam a um prazo máximo de 60 anos, desde que não tenham sido aplicadas à LAMSAC, pelo poder concedente, penalidades em valor superior a U\$ 20.000 mil e que a LAMSAC assuma novos compromissos de infraestrutura.

Nos termos do contrato a LAMSAC deverá construir, manter e operar a infraestrutura rodoviária do projeto denominado linea amarilla, com direito cobrança da tarifa de pedágio no prazo da concessão.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Contratos de concessão--Continuação

Nos termos do contrato de concessão a LAMSAC, deverá: retornar ao poder concedente os bens reversíveis, após o término do contrato de concessão; Explorar e manter a seção 1 do projeto línea amarilla; Construir e explorar a seção 2 do projeto Línea Amarilla; e Construir em até 24 meses após conclusão das obras da seção 2 do projeto Línea Amarilla um corredor para tráfego de ônibus urbanos nas áreas da seção 1 do projeto. Estas obras serão transmitidas ao poder concedente depois de concluídas e a Companhia não receberá nenhuma contrapartida.

A contabilização dos gastos com infraestrutura previstos no contrato de concessão são lançados no intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura será reconhecida no resultado do exercício.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	114	4.566	12.218	19.396
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósito Bancário CDB	758.395	176.001	780.473	185.340
Fundos não exclusivos de investimento de renda fixa	50.109	40.013	50.109	61.337
Outros	-	-	2.779	241
Caixa e equivalentes de caixa	808.618	220.580	845.579	266.314
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósito Bancário CDB	-	-	57.123	55.033
Fundo cambial (a)	-	-	235.702	239.036
Outros	-	-	18.552	17.860
Aplicações financeiras	-	-	311.377	311.929
Total	808.618	220.580	1.156.956	578.243
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	808.618	220.580	845.579	266.314
Aplicação financeira	-	-	276.488	277.320
Não circulante				
Aplicação financeira	-	-	34.889	34.609

(a) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido da controlada MetrôRio junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta específica para este fim; e consequentemente não são de pronta disponibilidade para Administração da Companhia.

Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera uma aplicação financeira de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos DI, Certificados de Depósito Bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. O montante aplicado em moeda doméstica refere-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras em renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 96,0% e 103,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e em sua grande maioria, com liquidez imediata.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras--Continuação

As aplicações financeiras bloqueadas ou em garantias referem-se a aplicações das controladas CBN, CART e MetrôRio, as quais estão ou bloqueadas judicialmente ou são garantias de empréstimos ou estão atreladas ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão e por isso não são consideradas equivalentes de caixa.

5. Contas a receber

	Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011
Ativo circulante		
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (a)	4.389	3.799
Valores a receber de bilhetes (b)	3.122	4.110
Valores a receber de pedágio (c)	23.780	25.101
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.310)	(1.267)
Outros	164	74
Total	<u>30.145</u>	<u>31.817</u>
Ativo não circulante		
Governo Estadual (d)	4.172	4.365
Total	<u>4.172</u>	<u>4.365</u>

- (a) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios) da controlada METRÔRIO.
- (b) Receita de passagens a prazo a clientes corporativos, receita em custódia da transportadora de valores e receita na bilheteria a recolher da controlada METRÔRIO.
- (c) Receita de pedágio a prazo pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas das controladas LAMSA, CART, CBN e CRT. O prazo médio de recebimento desses valores é de 30 dias.
- (d) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro pela controlada METRÔRIO.

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011
Saldo no início do período	(1.267)	(3.641)
Adições	74	(514)
Reversão	(117)	2.888
Saldo no fim do período	<u>(1.310)</u>	<u>(1.267)</u>

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Estoques

	Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011
Materiais auxiliares, de manutenção e bilhetes	10.075	8.578
Adiantamento a fornecedores	3.609	3.540
Importações em andamento	1.847	1.388
Outros	33	29
Total	15.564	13.535

7. Impostos, taxas e contribuições

a) Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Imposto de renda e contribuição social	16.871	9.109	18.386	21.503
PIS e COFINS	164	129	243	209
ISS	-	-	126	126
IRRF	-	-	1.598	1.508
Outros	-	-	2.263	1.394
Circulante	17.035	9.238	22.616	24.740
Imposto de renda e contribuição social	1.065	1.443	1.065	1.443
Outros	-	-	4.290	-
Não circulante	1.065	1.443	5.355	1.443

Os impostos a recuperar referem-se, basicamente, às antecipações ou valores passíveis de compensação da Companhia e de suas controladas.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (consolidado)

As controladas da INVEPAR, CART e METRÔ RIO, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro e fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhecem, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, as mesmas são revisadas em períodos menores pelas controladas.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Impostos, taxas e contribuições--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (consolidado) --Continuação

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

Natureza	Consolidado		
	31/03/2012	31/12/2011	
Prejuízo fiscal	89.024	75.811	Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com prejuízo fiscal.
Base negativa de contribuição social	32.230	27.472	Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com base negativa de contribuição social.
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.796	1.781	Realização pelo recebimento ou efetivação da perda ou pela aquisição de dedutibilidade face ao ajuizamento da cobrança e prazo de vencido superior a 2 anos.
Provisão para contingências	4.812	4.774	Expectativa de realização conforme o julgamento das causas (ações judiciais cuja perda é considerada provável)
Excesso amortização outorga suplementas	11.389	21.980	Expectativa de realização conforme pagamento da outorga suplementar.
Outros	8.881	3.484	Outros
	148.132	135.302	

A Administração da Companhia e das controladas METRÔ RIO, e CART consideram que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com o CPC 32 – Tributos sobre o lucro, as controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

2013	8.524
2014	8.147
2015	13.237
2016	21.142
2017 em diante	97.082
	148.132

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Impostos, taxas e contribuições--Continuação

c) Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Imposto de renda e contribuição social	-	-	9.363	20.442
PIS e COFINS	85	86	4.152	4.092
ISS	10	41	3.860	4.161
ICMS	-	-	17	34
IRRF	266	382	1.596	2.282
Taxa AGETRANSP-RJ	-	-	572	492
INSS s/ terceiros	300	261	692	1.470
Outros	573	150	1.712	1.367
Circulante	1.234	920	21.965	34.340
Imposto de renda e contribuição social	-	-	4.545	1.722
PIS e COFINS	-	-	196	208
Não circulante	-	-	4.741	1.930

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do período

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011
Imposto de renda e contribuição social		
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(4.686)	(31.661)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	1.593	10.765
Ajustes no lucro líquido que afetam o resultado do exercício:		
Adições permanentes	(5.386)	(9.992)
Diferenças temporárias	-	-
Exclusões permanentes	(3.072)	916
Outros	(43)	917
Exclusões de prejuízos fiscais e bases fiscais negativas	2.467	-
Total dos impostos no resultado	(4.441)	2.606

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas as taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas informações trimestrais.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Em relação aos mútuos realizados entre controladora e suas partes relacionadas, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade temporária de caixa destas sociedades para o cumprimento de seus investimentos e/ou de suas operações, sendo sujeitas aos encargos financeiros pactuados entre as partes e aprovados pelos órgãos da administração.

a) Composição

Controladora			31/03/2012				Resultado	
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Receitas	(Despesas)
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
PREVI	Debêntures	Acionista direto	-	-	-	-	-	(6.635)
PETROS	Debêntures	Acionista direto	-	-	-	-	-	(6.635)
FUNCEF	Debêntures	Acionista direto	-	-	-	-	-	(6.634)
	Dividendos/		3.912	-	-	-	-	-
	Notas de							
LAMSA	débito	Controlada	-	-	-	-	1.302	-
	Notas de							
CART	débito	Controlada	-	-	-	-	1.386	-
CLN	JCP/Outros	Controlada	-	1.244	-	-	338	-
CRT	Dividendos	Controlada	796	-	-	-	-	-
	Debêntures/							
	Notas de							
MetrôRio	débito	Controlada	53.343	506.156	-	-	22.785	-
CRA	Dividendos	Controlada	-	-	-	-	-	-
			58.051	507.400	-	-	25.811	(19.904)

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas--Continuação

a) Composição--Continuação

Controladora			31/12/2011				Resultado	
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Receitas	(Despesas)
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
PREVI	Debêntures	Acionista direto	-	-	23.563	110.825	-	(20.762)
PETROS	Debêntures	Acionista direto	-	-	23.563	110.825	-	(20.762)
FUNCEF	Debêntures	Acionista direto	-	-	23.563	110.825	-	(20.762)
LAMSA	Notas de débito	Controlada	-	-	-	-	3.882	-
CART	Notas de débito	Controlada	-	-	-	-	3.881	-
CLN	JCP/Outros Debêntures/Notas de	Controlada	-	1.244	-	-	1.090	-
MetrôRio	debêntures	Controlada	38.415	498.712	-	-	84.319	-
CRA	Dividendos	Controlada	-	-	-	-	-	-
			38.415	499.956	70.689	332.475	93.172	(62.286)

Consolidado			31/03/2012				Resultado	
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Receitas	(Despesas)
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
OAS Eng. e Part S.A.	Adiantamento	Acionista indireto	2.500	-	-	-	-	(13.065)
Construtora Ltda.	OAS Adiantamento	Acionista direto	75.163	180.397	114.424	-	-	(54.314)
PREVI	Debêntures	Acionista direto	-	-	-	-	-	(6.635)
PETROS	Debêntures	Acionista direto	-	-	-	-	-	(6.635)
FUNCEF	Debêntures	Acionista direto	-	-	-	-	-	(6.634)
			77.663	180.397	114.424	-	-	(87.283)

Consolidado			31/12/2011				Resultado	
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Receitas	(Despesas)
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
OAS Eng. e Part S.A.	Adiantamento	Acionista indireto	2.401	-	-	-	-	(166.998)
Construtora Ltda.	OAS Adiantamento	Acionista direto	12.413	9.292	12.505	-	-	(86.996)
PREVI	Debêntures	Acionista direto	-	-	23.563	110.825	-	(20.762)
PETROS	Debêntures	Acionista direto	-	-	23.563	110.825	-	(20.762)
FUNCEF	Debêntures	Acionista direto	-	-	23.563	110.825	-	(20.762)
			14.814	9.292	83.194	332.475	-	(316.280)

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas--Continuação

b) Sumário das transações entre partes relacionadas

- i. O MetrôRio firmou contrato de empreitada em regime de preço global com a Construtora OAS Ltda. para a execução de obras de implantação da futura estação metroviária Uruguai. O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de 24 meses, é o de empreitada global, e o preço acordado entre as partes foi de R\$147.563, devendo os pagamentos serem realizados em parcelas mensais, de acordo com a evolução física dos serviços apurada mensalmente.
- ii. Em 24 de janeiro de 2011, o MetrôRio firmou contrato de mútuo com a CART no montante de R\$7.000. Este contrato possuía o vencimento em dez dias, com encargos financeiros à taxa 100% do CDI, acrescido de sobretaxa de 0,2% a.m. calculados pro rata die. O contrato foi totalmente quitado em 2 de fevereiro de 2011.
- iii. Em 29 de abril de 2011, o MetrôRio firmou contrato de mútuo com a LAMSA no montante de R\$11.000. Este contrato possuía o vencimento em trinta dias, com encargos financeiros à taxa 100% do CDI, acrescido de sobretaxa de 0,2% a.m. calculados pro rata die. O contrato foi totalmente quitado em 27 de maio de 2011.
- iv. Em 06 de janeiro de 2012, a CART firmou contrato de mútuo com a Invepar no montante de R\$30.000. Este contrato possuía o vencimento em 30 dias, com encargos financeiros à taxa 100% do CDI, acrescido de sobretaxa de 0,2% a.m. calculados pro rata die. Em 16 de fevereiro de 2012 essa operação foi liquidada
- v. Em 05 de março de 2012, o MetrôRio firmou contrato de mútuo com a Invepar no montante de R\$100.000. Este contrato possuía o vencimento em treze dias, com encargos financeiros à taxa 100% do CDI, acrescido de sobretaxa de 0,2% a.m. calculados pro rata die. Em 31 de março de 2012, o saldo a receber da controlada era de R\$51.508.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas--Continuação

b) Sumário das transações entre partes relacionadas--Continuação

Remuneração da administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da controladora, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, está composta como segue:

Controladora	31/03/2012		
	Diretoria	Conselhos	Total
Composição			
Pró-labore	507	-	507
Encargos	101	-	101
Bônus variáveis	-	-	-
Benefícios	78	-	78
Total	686	-	686

Controladora	31/03/2011		
	Diretoria	Conselhos	Total
Composição			
Pró-labore	507	217	724
Encargos	102	-	102
Bônus variáveis	-	-	-
Benefícios	61	-	61
Total	670	217	670

Adicionalmente, a Companhia, assim como suas controladas, não mantém qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos

a) Informações sobre os investimentos da controladora

As participações em controladas, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços patrimoniais das respectivas investidas em cada data-base.

Investida	Participação %	Quantidade de ações em		Saldos em		Dividendos e JCP	Equivalência patrimonial	Ajustes de conversão	de Amortização	Saldos em 31/03/2012
		31/03/2012	31/12/2011	Investimentos	Integralização					
		Ordinárias	Preferenciais							Investimentos
LAMSA	99,99	51.927.403	103.854.827	116.332	-	-	22.768	-	-	139.100
CLN	91,49	10.463.004	18.257.592	45.416	-	-	1.773	-	-	47.189
CART	99,99	434.691.946	434.691.947	518.021	-	-	(10.711)	-	(51)	507.259
METRÔ	99,99	848.129.215	-	650.989	80.000	-	(3.470)	-	-	727.519
CBN	50,00	38.999.996	-	28.006	-	-	(631)	-	-	27.375
CRT	24,91	17.992	3.546	64.784	-	(818)	3.441	-	(1.089)	66.318
CRA	50,00	30.000.000	-	29.986	-	-	(956)	-	-	29.030
LSC	99,99	248.927.225	-	-	829.172	-	(835)	8.425	-	836.762
				1.453.534	909.172	(818)	11.380	8.425	(1.140)	2.380.552

OBS: As informações sobre transações com partes relacionadas e aquisição de novos investimentos estão detalhadas na notas explicativas 8 e 12, respectivamente.

a.1) Outras informações sobre as controladas

	LAMSA		CLN		CART		METRÔRIO	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Ativo total	349.695	335.921	94.578	94.626	1.473.613	1.451.270	2.530.691	2.540.443
Passivo	210.595	219.589	43.005	44.991	971.792	938.738	1.803.172	1.889.454
Patrimônio líquido total	139.100	116.332	51.573	49.635	501.821	512.532	727.519	650.989
Capital social	54.118	54.118	48.564	48.564	625.000	625.000	830.000	750.000
Resultado do período	22.768	84.375	1.938	(280)	(10.711)	(31.450)	(3.470)	(81.885)

	CBN (*)		CRT (*)		CRA (*)		LSC	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Ativo total	340.110	320.252	181.777	170.142	65.592	61.304	375.000	-
Passivo	285.357	264.239	84.179	83.084	7.533	1.333	214.141	-
Patrimônio líquido total	54.752	56.014	97.588	87.058	58.061	59.971	160.859	-
Capital social	78.000	78.000	45.700	45.700	60.000	60.000	143.642	-
Resultado do período	(1.263)	(12.030)	13.811	42.998	(1.910)	(27)	(835)	-

As informações acima de cada Companhia não levam em consideração o percentual de participação da INVEPAR.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos--Continuação

b) MetrôRio

Em 31 de março de 2012, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 277.233 (R\$ 393.866 em 31 de dezembro de 2011). A Administração da controlada MetrôRio entende que, a partir dos investimentos que estão sendo efetuados para a expansão do sistema metroviário, construção da estação Uruguai, já iniciada, aquisições de 19 novas composições (114 carros metrô), já em fabricação e a modernização das operações, certamente haverá um aumento significativo no número de passageiros pagantes, o que aumentará a geração de caixa operacional e permitirá o pagamento dos passivos. Adicionalmente, a Administração da Companhia e da controlada MetrôRio têm atuado ativamente na avaliação e substituição das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e a melhora dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, a Companhia efetuará o aporte de recursos necessários à manutenção das atividades da Companhia.

b1) Aportes de capital

Em 11 de março de 2011 a INVEPAR subscreveu e integralizou na controlada MetrôRio R\$ 55.000, representados por 59.288.448 ações ordinárias, sendo (i) R\$ 35.000 por meio de aporte e (ii) R\$ 20.000 da integralização do AFAC realizado em 27 de março de 2009.

Em 28 de março de 2011 a INVEPAR subscreveu e aportou na controlada MetrôRio R\$ 15.000, representados por 16.296.165 ações ordinárias.

Em 15 de julho de 2011, a INVEPAR subscreveu e integralizou na controlada MetrôRio R\$ 30.000 representados por 32.530.532 ações ordinárias.

Em 02 de março de 2012, a INVEPAR subscreveu e integralizou na controladas MetrôRio R\$80.000, mediante a emissão de 90.014.070 (noventa milhões, quatorze mil e setenta) ações ordinárias, ao valor de R\$0,888749946 por ação.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos--Continuação

c) CART

Em 31 de março de 2012, a CART apresenta capital circulante negativo de R\$ 398.310 (R\$ 34.866 em 31 de dezembro de 2011), proveniente dos compromissos assumidos com o pagamento de principal e juros sobre empréstimos e debêntures, captado para os investimentos assumidos no contrato de concessão. A administração da controlada entende que os recursos que serão obtidos através do aporte de capital e liberações programadas no Contrato de Empréstimo Sênior junto ao BNDES, assim como aumento no tráfego da via após as melhorias que estão sendo efetuadas e a obtenção de receitas acessórias o que aumentará a sua geração de caixa operacional e permitirá o pagamento de seus passivos.

c.1) Aporte de capital

Em 28 de março de 2011 a INVEPAR subscreveu e aportou na controlada CART R\$ 25.000, representados por 19.871.297 ações ordinárias e 19.871.297 ações preferenciais.

Em 29 de junho de 2011, a Invepar subscreveu na CART o montante de R\$ 17.000, mediante a emissão de 13.836.879 ações ordinárias e 13.836.879 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Tal montante foi totalmente integralizado nesta mesma data, à vista, com crédito dos recursos em conta corrente bancária da CART.

Em 15 de julho de 2011, a INVEPAR subscreveu e integralizou na controlada CART R\$ 39.000, representados por 31.743.657 ações ordinárias e 31.743.657 ações preferenciais.

Em 21 de dezembro de 2011, a Invepar subscreveu e integralizou na CART R\$ 32.000, mediante emissão de 26.573.362 ações ordinárias e 26.573.362 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos--Continuação

d) LAMSA

Em 31 de março de 2012, a controlada LAMSA apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 185.633 (R\$ 198.649 em 31 de dezembro de 2011), devido ao alto investimento assumido em 2010, conforme o 11º aditivo do contrato de concessão (R\$ 254.000) e a não estruturação completa de suas fontes de financiamento, o que já vem sendo trabalhado pela administração da Companhia que visa alongar o perfil da dívida. Com o 11º aditivo, a controlada LAMSA estendeu o prazo da concessão por 15 anos, prazo em que irá recuperar o investimento.

e) CBN

e.1) Aportes de Capital

Em 01 de novembro de 2011, a Invepar subscreveu e integralizou na CBN o montante de R\$ 4.000, mediante a emissão de 4.000.000 (quatro milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1 (um real), integralizadas em moeda corrente do país.

f) CRT

O capital circulante líquido (CCL) em 31 de março de 2012 foi negativo em R\$5.974 (R\$ 9.592 em 31 de dezembro de 2011) em função dos impactos financeiros, decorrentes do sinistro ocorrido em janeiro de 2011, motivado pelas fortes chuvas que se abateram na região serrana do Rio de Janeiro. A renovação da apólice de seguro da rodovia foi onerada pelas condições adversas. A regulação do sinistro (reembolso da seguradora das obras já realizadas pela companhia em função das chuvas) encontra-se em processo de análise, com liberações por parte do resseguro/segurador ocorrendo após análise/validação entre os peritos nomeados por estes e os técnicos e consultores da Companhia.

A Companhia está estudando junto ao mercado opções de financiamento de longo prazo para obras, que por ventura, não venham a ser cobertas pelo seguro, uma vez que os danos estimados preliminarmente superam o valor da apólice. A Companhia poderá reduzir temporariamente seu fluxo de dividendos e remuneração das debêntures para atender eventuais necessidades de caixa decorrentes da regulação do sinistro citado acima.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos--Continuação

g) CRA

g.1) Proposta vencedora

Em 14 de abril de 2011, o Consórcio SUAPE Rodovias, integrado pela INVEPAR e pela Odebrecht Transport Participações S.A., em iguais participações, apresentou proposta vencedora da licitação promovida pelo Governo do Estado de Pernambuco, nos termos do Edital de Concessão nº 001/2010, para a operação, manutenção e exploração, por meio da cobrança de pedágio do Complexo Viário e Logístico de SUAPE - Express Way, promovendo o desenvolvimento e implementação de soluções de integração entre o Porto de SUAPE e as indústrias e acessos rodoviários nele situados, onde ocorrerão investimentos da ordem de R\$ 300.000 ao longo dos 35 anos de concessão.

g.2) Aportes de Capital

Em 10 de junho de 2011 e 14 de julho de 2011 a INVEPAR aportou os montantes de R\$3.000 e R\$ 27.000, respectivamente, na CRA. Em 18 de julho de 2011, CRA assinou o contrato da Concessão com o poder concedente.

h) Proposta vencedora

Em 06 de fevereiro de 2012, a INVEPAR venceu, em consórcio com a Airports Company South Africa Soc Limited - ACSA, o leilão da concessão de serviços públicos para construção parcial, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos em São Paulo. Para explorar a concessão será criada uma SPE (Sociedade de Propósito Específico) da qual o Consorcio INVEPAR – ACSA terá 51% (sendo 90% da INVEPAR e 10% da ACSA) e 49% serão detidos pela Infraero, conforme o edital da licitação.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos--Continuação

h) Proposta vencedora--Continuação

A concessão terá prazo de 20 anos e além dos investimentos requeridos, o consorcio se comprometeu a pagar através da SPE o montante de R\$ 16.213.000, esse montante será atualizado pelo IPCA e amortizado anualmente pelo período da concessão (20 anos). Cabe a INVEPAR o montante de R\$ 7.457.980, proporcional à sua participação no capital da futura SPE.

O resultado do leilão foi homologado no dia 09 de abril de 2012 pela Agencia Nacional de Aviação Civil – ANAC e a assinatura do contrato está previsto para ocorrer até o final de maio de 2012.

i) LAMSAC

Em 21 de março de 2012, a Invepar passou a ser controladora da V.P.R. Brasil Participações S.A. (“VPR) com 100% do capital social da mesma, por meio da subscrição e integralização de ações da OAS. S.A. que era a única titular das ações representativas do patrimônio da VPR.

A Invepar herdou da extinta VPR Brasil Participações S.A., 100% do capital social da Linea Amarilla Brasil Participações S.A. (“LAMBRA”), que por sua vez, já havia adquirido o controle, ainda em 2010, da Línea Amarilla S.A.C. (“LAMSAC”), uma sociedade com sede no Peru, constituída em 06 de outubro de 2009 com objeto social de construção e exploração de uma via expressa na região metropolitana de Lima, conforme contrato de concessão firmado em 12 de novembro de 2009 junto a Municipalidad Metropolitana de Lima, no Peru, tendo a referida concessão um prazo de 30 anos.

j) Participações indiretas

Em 31 de janeiro de 2007, a controlada MetrôRio adquiriu uma empresa inoperante, MASU 9, visando ter uma subsidiária para desenvolver atividades acessórias. A referida empresa continua inoperante, não gera receita e não possui contingências, compromissos, avais ou garantias em favor de terceiros.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos--Continuação

j) Participações indiretas--Continuação

Em 10 de outubro de 2008, a controlada MetrôRio constituiu subsidiária no exterior, chamada Citpax LLC, com participação integral em seu capital, com o objetivo principal de: (a) buscar novos padrões tecnológicos para o aperfeiçoamento das operações do MetrôRio; (b) servir como centro de supervisão para eventuais transferências de tecnologia e serviços contratados junto a prestadores de serviços sediados no exterior; e (c) coordenar esforços para a exploração, via subsidiária, de serviços de transporte de passageiros no exterior.

A CITPAX é contabilizada de acordo com o CPC 02 (R2) – Efeitos de mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis tendo seus ativos, passivos e resultados integrados às informações trimestrais da investidora. Os ativos e passivos de tais controladas indiretas em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 estão abaixo demonstrados:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	834	4.475
Adiantamento a fornecedores	1.536	2.757
Outros	8.990	6.197
Total do ativo	<u>11.360</u>	<u>13.429</u>
Passivo		
Contas a pagar MetrôRio	3.369	3.369
Outras contas a pagar	3.151	2.839
	<u>6.520</u>	<u>6.208</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	15.349	15.349
Prejuízos acumulados	(10.509)	(8.128)
	<u>4.840</u>	<u>7.221</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>11.360</u>	<u>13.429</u>

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Combinação de negócios

Em Assembléia Geral Extraordinária de 21 de março de 2012 os acionistas deliberaram a incorporação por parte da Invepar da VPR Brasil Participações S.A. ("VPR"), com a emissão de 17.429.354 novas ações ordinárias e 34.858.708 novas ações preferenciais cujo preço de emissão total foi de R\$ 396.633 fixado conforme valor contábil do patrimônio da VPR. Seu preço de emissão total conforme valor econômico era de R\$ 829.172, de modo que a diferença entre esses montantes foi inicialmente registrado como ágio em intangível nas demonstrações consolidadas. As novas ações emitidas foram entregues à única acionista da VPR, a OAS S.A..

A Invepar herdou da extinta VPR Brasil Participações S.A., 100% do capital social da Linea Amarilla Brasil Participações S.A. ("LAMBRA"), que por sua vez, já havia adquirido o controle, ainda em 2010, da Línea Amarilla S.A.C. ("LAMSAC"), uma sociedade com sede no Peru, constituída em 06 de outubro de 2009 com objeto social de construção e exploração de uma via expressa na região metropolitana de Lima, conforme contrato de concessão firmado em 12 de novembro de 2009 junto a *Municipalidad Metropolitana de Lima*, tendo a referida concessão um prazo de 30 anos.

Para alocação do excedente ao valor contábil emitido em valores mobiliários pelas ações, foi contratada empresa especializada que determinará o valor justo dos ativos e passivos adquiridos e com base neste laudo, será atribuído o valor justo da concessão.

11. Informações por segmento de negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base na divisão de sua gestão e tendo como critério as áreas de atuação de cada uma, sendo agrupados da seguinte forma: (i) concessões rodoviárias; (ii) transportes urbanos; e (iii) administração central.

A Companhia possui relatórios gerenciais que permitem segregar de forma confiável as receitas, custos e resultados por empresa. A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, principalmente, do recolhimento de tarifas de pedágio nas concessões rodoviárias e venda de bilhetes para os usuários da concessão metroviária.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Informações por segmento de negócios--Continuação

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e correspondentes aos trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011 são as seguintes:

	31/03/2012			
	Concessões rodoviárias	Transportes urbanos	Administração central	Consolidado
Receita de serviços	126.238	126.404	-	252.642
Receita de construção	63.102	22.881	-	85.983
Receita total	189.340	149.285	-	338.625
Custo de serviços	(58.864)	(82.243)	-	(141.107)
Custo de construção	(62.496)	(22.402)	-	(84.898)
Lucro bruto	67.980	44.640	-	112.620
Despesas gerais e administrativas	(22.736)	(16.907)	(15.084)	(54.727)
Equivalência patrimonial	-	-	11.380	-
Outras receitas (despesas) operacionais	76	(1.716)	37	(1.603)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	45.320	26.017	(3.667)	56.290
Receitas financeiras	2.002	52.445	27.814	60.957
Despesas financeiras	(28.534)	(81.264)	(33.439)	(121.933)
Resultado antes dos impostos	18.788	(2.802)	(9.292)	(4.686)
Imposto de renda e contribuição social	(3.773)	(668)	-	(4.441)
Resultado antes da participação dos acionistas não controladores	15.015	(3.470)	(9.292)	(9.127)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	(165)
Resultado líquido do período	15.015	(3.470)	(9.292)	(9.292)
Informações suplementares				
Depreciação e amortização	20.060	26.791	1.360	48.212
Investimento	145	-	2.380.552	146
Ativo total	2.541.015	2.530.691	3.775.327	6.628.269
Passivo – PL	1.606.948	1.803.172	9.915	2.858.474

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Informações por segmento de negócios--Continuação

	31/03/2011			
	Concessões rodoviárias	Transportes urbanos	Administração central	Consolidado
Receita de serviços	101.516	102.230	-	203.746
Receita de construção	89.515	20.453	-	109.968
Receita total	191.031	122.683	-	313.714
Custo de serviços	(41.551)	(61.131)	-	(102.682)
Custo de construção	(86.074)	(19.931)	-	(106.005)
Lucro bruto	63.406	41.621	-	105.027
Despesas gerais e administrativas	(22.924)	(29.755)	(5.410)	(58.089)
Equivalência patrimonial	-	-	(11.553)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(953)	1.003	-	50
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	39.529	12.869	(16.963)	46.988
Receitas financeiras	3.003	12.240	24.896	40.139
Despesas financeiras	(25.495)	(56.137)	(23.051)	(104.683)
Resultado antes dos impostos	17.037	(31.028)	(15.118)	(17.556)
Imposto de renda e contribuição social	(7.984)	10.590	-	2.606
Resultado antes da participação dos acionistas não controladores	9.053	(20.438)	(15.118)	(14.950)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	(168)
Resultado líquido do período	9.053	(20.438)	(15.118)	(15.118)
Informações suplementares				
Depreciação e amortização	14.241	21.731	146	36.118
Investimento em controladas	145	-	1.453.534	146
Ativo total	2.114.977	2.540.443	2.227.028	4.939.132
Passivo - PL	1.356.800	1.889.454	545.782	3.253.667

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

	Taxas anuais médias		Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 31/03/2012
	ponderadas depreciação %	de Saldo em 31/12/2011				
Custo						
Etiquetas eletrônicas	6,6	6.504	55	-	-	6.559
Instalações	13,6	3.706	22	-	-	3.727
Máquinas e equipamentos	9,2	36.407	1.786	(39)	2	38.156
Móveis e utensílios	9,2	11.484	212	(1)	-	11.695
Veículos	19,1	8.989	390	(100)	-	9.279
Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros	11,5	134.339	720	-	2.550	137.609
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	6,8	75.514	1.229	-	542	77.285
Equipamentos de informática	19,6	39.653	1.407	-	-	41.060
Peças sobressalentes		12.107	4.346	-	(3.094)	13.359
Imobilizado em andamento		21.268	21	(1)	-	21.288
Adiantamento a fornecedores		5.468	2.545	-	-	8.013
Outros		2.883	17	-	-	2.900
Total		358.322	12.749	(141)	-	370.930
Depreciação acumulada						
Etiquetas eletrônicas		(5.987)	(45)	-	-	(6.032)
Instalações		(1.308)	(131)	-	-	(1.439)
Máquinas e equipamentos		(12.767)	(1.146)	41	-	(13.872)
Móveis e utensílios		(5.333)	(350)	-	-	(5.683)
Veículos		(6.372)	(803)	4	-	(7.171)
Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros		(93.287)	(6.397)	-	-	(99.684)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(1.630)	(153)	-	-	(1.783)
Equipamentos de informática		(19.126)	(2.150)	-	-	(21.276)
Outros		(2.016)	(80)	-	-	(2.096)
Total		(147.826)	(11.257)	45	-	(159.037)
Imobilizado líquido		210.496	1.492	(96)	-	211.892

De acordo com o IAS 36, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos quando do encerramento do trimestre de março de 2012, não identificando necessidade de reconhecimento de qualquer perda por conta de redução ao valor recuperável de ativos.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível

	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/03/2012
Custo					
Software	17.522	3.294	-	-	20.816
Concessão de serviços públicos					
Outorga principal (a)	311.389	-	-	-	311.389
Outorga suplementar (b)	162.940	-	-	-	162.940
Outorga principal e suplementar (c)	867.120	33.550	-	-	900.670
Outorga ARTESP (d)	634.000	-	-	-	634.000
Direito de concessão - LAMSA (e)	314.141	11.851	-	-	325.992
Direito de concessão - CLN (e)	94.478	90	-	-	94.568
Direito de concessão - CART (e)	759.433	17.753	(16)	-	777.170
Direito de concessão - CBN (e)	133.050	20.987	-	-	154.037
Direito de concessão - CRT (e)	66.772	2.129	(61)	(13)	68.827
Direito de concessão - MetrôRio (f)	932.843	-	-	-	932.843
Direito de concessão - CART (g)	5.957	-	-	-	5.957
Direito de concessão - CRA (e)	19.421	6.494	(160)	-	25.755
Direito de concessão - CRT (até 2021) (h)	47.931	-	-	-	47.931
Direito de concessão - LSC (e)	-	119.338	-	-	119.338
Ágio	-	675.902	-	-	675.902
Outros	2.031	537	-	13	2.581
Total	4.369.028	891.925	(237)	-	5.260.716
Amortização					
Software	(8.446)	(571)	(45)	14	(9.048)
Concessão de serviços públicos:					
Outorga principal (até 2018)	(164.555)	(3.995)	-	-	(168.550)
Outorga suplementar (até 2018)	(34.204)	(838)	-	-	(35.042)
Outorga principal e suplementar (até 2038)	(53.201)	(5.352)	-	-	(58.553)
Outorga ARTESP (até 2039)	(58.029)	(5.274)	(334)	-	(63.637)
Direito de concessão - LAMSA (até 2038)	(11.429)	(1.568)	-	-	(12.997)
Direito de concessão - CLN (até 2035)	(8.718)	(923)	-	-	(9.641)
Direito de concessão - CART (até 2039)	(37.963)	(7.200)	1.611	-	(43.552)
Direito de concessão - MetrôRio (até 2038)	(88.573)	(8.020)	-	-	(96.593)
Direito de concessão - CBN (até 2035)	(3.424)	(1.370)	-	-	(4.794)
Direito de concessão - CRT (até 2021)	(30.992)	(735)	51	(10)	(31.686)
Direito de concessão - CRT (até 2021) (h)	(4.833)	(1.089)	-	-	(5.922)
Outros	(164)	(21)	14	(4)	(175)
Total	(504.531)	(36.956)	1.297	-	(540.189)
Intangível Líquido	3.864.497	854.970	1.060	-	4.720.527

- (a) Decorrente do direito de outorga principal para o primeiro período de concessão da controlada MetrôRio (até 27 de janeiro de 2018): O montante contabilizado referente ao Ativo intangível - Outorga principal, de R\$ 311.389, é referente ao direito da Outorga principal de exploração da Concessão para o período até 27 de janeiro de 2018.
- (b) O montante contabilizado referente ao Ativo intangível - Outorga suplementar, de R\$162.940, é referente ao direito da Outorga suplementar de exploração da Concessão para o período até 27 de janeiro de 2018. O valor contabilizado reflete os termos do 13º Parágrafo da 22ª Cláusula do 6º Aditivo. Tal Aditivo definiu o preço do direito da Outorga suplementar e, conseqüentemente, este passou a ser reconhecido no Ativo intangível.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível--Continuação

- (c) Decorrente do direito de outorga principal e suplementar para o segundo período de concessão da controlada MetrôRio (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038): Através do 6º Aditivo, o MetrôRio e o poder concedente acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela controlada MetrôRio, são reconhecidos no ativo intangível.
- (d) Pelo direito de exploração do sistema rodoviário compreendido pelas rodovias SP-270, SP-225, SP-327 e acessos, durante o prazo de 30 anos, a controlada CART, com a assinatura do contrato de concessão, se comprometeu a desembolsar o valor R\$ 634.000 em conta a favor do DER/SP, a título de outorga fixa.
- (e) Direitos de concessão decorrentes dos investimentos realizados por cada controlada na infraestrutura da concessão, obrigações dos respectivos contratos de concessão.
- (f) Direito de concessão obtido na aquisição de controle do Metrô-Rio: O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.
- (g) Direito de concessão obtido na aquisição do controle da CART: O valor do direito de concessão foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos.
- (h) Em 28 de maio de 2010, a Construtora OAS subscreveu, a valor de mercado, 2.867.545 ações ordinárias e 5.735.090 ações preferenciais de emissão da INVEPAR, avaliadas no montante total de R\$ 64.172, a serem integralizadas mediante a transferência para a titularidade da Companhia de 17.992 ações ordinárias e 3.545 ações preferenciais de emissão da Concessionária Rio Teresópolis (CRT). Para a concretização de tal operação era necessária a anuência do poder concedente, o que ocorreu no dia 02 de dezembro de 2010. Sendo assim, em 20 de dezembro de 2010 as ações de emissão da CRT detidas pela Construtora OAS foram transferidas para a INVEPAR. Após tal operação, a Companhia passou a ser detentora de ações da CRT que representam 36,88% do capital votante e 24,91% do capital total.

Considerando que o valor correspondente à participação da INVEPAR no patrimônio líquido contábil da CRT em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 16.241, o excedente apurado de R\$ 47.931 foi alocado em direito de concessão como assim concluiu o laudo de avaliação de empresa especializada contratada para a mensuração do valor justo dos ativos e passivos adquiridos.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível--Continuação

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada pelo período da concessão, considerando se tratar de ativo intangível com prazo de vida útil definida.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

▶ **Receitas**

As receitas foram projetadas pelo período da concessão, considerando o crescimento da base de clientes da Unidade Geradora de Caixa.

▶ **Custos e despesas operacionais**

Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da controlada bem como, com o crescimento das receitas.

▶ **Investimentos de capital**

Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base, principalmente, nas obrigações contratuais e no histórico da concessão.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da controlada e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no trimestre findo em 31 de março de 2012, visto que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Tipo	Vencido.	Indexador	Encargos anuais	Circulante	Não circulante	31/03/2012	31/12/2011
HSBC, BNB, Bradesco, CEF, Santander	Capital de Giro e conta garantida	abr/12 a abr/16	CDI	+1,51% a +15,00%	56.173	15.203	71.376	41.569
BNB, Desenbahia, BCP, Interbank	Outros	nov/17 a ago/31 mai/15 a out/24	TJLP	+3,00% a +1,72% a +2,02%	31.500	126.831	158.331	494.417
BNDES	Direto	Nov/16 a jun/34	TJLP, TR, USD	+3,44% a +8,25%	54.147	369.483	423.630	406.941
CEF, Calyon	Financiamento	jul/17 a mar/24	TJLP, IPCA	+1,80% a +2,80%	5.432	265.656	271.088	271.403
BNDES	Sênior				44.881	448.646	493.527	473.096
Ajuste a valor presente					(1.771)	(705)	(2.476)	(2.000)
Total					190.362	1.225.114	1.415.476	1.685.426

Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:

2013	59.773
2014	124.030
2015	126.227
2016	120.837
2017	109.154
2018 em diante	685.094
	1.225.115

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Em 31 de março de 2012:

- ▶ R\$ 98.279 do saldo devedor é garantido por aval da INVEPAR.
- ▶ R\$ 252.392 do saldo devedor não tem garantias
- ▶ R\$ 360.395 do saldo devedor é garantido por Cessão fiduciária dos direitos creditórios, constituição de carta e fiança Invepar
- ▶ R\$ 29.266 do saldo devedor são garantidos por carta fiança.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- ▶ R\$ 482.966 do saldo devedor é garantido por o penhor da totalidade das ações da CART e a cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da concessão e cessão fiduciária dos direitos creditórios da conta centralizadora, que são compartilhados com as debêntures que foram emitidas em janeiro de 2011. Além do aval da Invepar durante o período de 2 anos e cessão fiduciária dos direitos creditórios da conta reserva, não compartilhados com os debenturistas. Possui cláusula restritiva financeira, como segue: ICSD $\geq 1,2$ e PL/ Ativo total $\geq 20\%$ da CART, a qual foi plenamente atendida.
- ▶ R\$ 61.464 do saldo devedor são garantidos por Cessão fiduciária dos direitos creditórios e constituição de conta-reserva Possui cláusula restritiva financeira, como segue: EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas superior ou igual a 2,0. Em função das disposições do item 74 do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, o MetrôRio, por não ter atingido o referido índice exigido em contrato, procedeu à reclassificação do montante passivo de R\$ 13.610, do não circulante para o circulante.
- ▶ R\$ 19.500 em empréstimos são garantidos por Penhor da totalidade das ações ordinárias da CLN, fiança da Invepar, fundo de liquidez, cessão fiduciária dos direitos creditórios e cessão de indenização em caso de perda de arrecadação.
- ▶ R\$ 111.214 do saldo é garantido por penhor de ações da CBN, cessão fiduciária e vinculação de direitos emergentes, cessão fiduciária e vinculação de direitos creditórios, fundo de liquidez em conta reserva e contrato de suporte de acionistas.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Debêntures

a) Invepar

Em 15 de março de 2010, foram emitidas e subscritas 900 debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 500, perfazendo o valor total de R\$450.000. A oferta pública, com esforços restritos de colocação de debêntures, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da INVEPAR realizada em 04 de março de 2010. Os recursos foram utilizados para integralização de debêntures privadas emitidas pela controlada MetrôRio, que utilizará estes recursos na execução de seu plano de investimentos e expansão. A Invepar quitou integralmente este passivo junto a seus debenturistas no 1º trimestre de 2012 (R\$ 537.549 em 31 de dezembro de 2011).

b) CRT

Em 31 de dezembro de 2001, a controlada em conjunto CRT emitiu debêntures no montante de R\$ 62.963 mil, sendo R\$ 12.949 referente ao valor nominal e R\$ 50.014 referente ao prêmio, tendo sido comercializado o total de R\$ 37.287 mil, sendo R\$ 7.668 mil referente ao valor nominal e R\$ 26.919 referente ao prêmio de emissão. Tais debêntures foram emitidas com prêmio de R\$ 2,1653 por título na data de emissão e são remuneradas com base no lucro da CRT. As debêntures poderão ser convertidas em ações preferenciais classe A da CRT, nos termos e condições constantes da escritura e no prospecto de Emissão.

Debenturistas	Moeda	Vencimento	Principal	Saldo 31/03/2012
REAL GRANDEZA	R\$	20/02/2021	1.311	1.311
FUNTERRA	R\$	20/02/2021	141	141
PRECE	R\$	20/02/2021	1.246	1.246
FAPES	R\$	20/02/2021	1.037	1.037
GEIPREV	R\$	20/02/2021	141	141
			<u>3.876</u>	<u>3.876</u>

Avaliação de conversões futuras

Levando em consideração as cláusulas constantes da escritura de emissão de debêntures, em 31 de março de 2012 foi feita a avaliação por meio do valor justo, da opção de conversão definida na referida escritura, com base na melhor estimativa decorrente do modelo econômico utilizado para esta avaliação e demais variáveis previstas na escritura de debêntures na data de encerramento das informações trimestrais. A administração concluiu ser nulo o valor justo das

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Debêntures--Continuação

opções, em função que a conversão das debêntures em ações não se mostra ideal. Em razão das premissas utilizadas para estes cálculos poderem variar ao longo do tempo a estimativa do valor justo poderá variar comparativamente aos valores reais no futuro.

c) CART

Em 24 de janeiro de 2011, foram emitidas e subscritas 40 debêntures não conversíveis em ações no valor de R\$ 10.000 cada, remuneradas a 116,5% do CDI com vencimento para 24 de janeiro de 2013. Tais debêntures foram captadas pelo Banco Bradesco e HSBC, conforme quadro abaixo:

<u>Debenturistas</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Saldo em 31/03/2012</u>
Banco do Bradesco	R\$	116,5% do CDI	24/01/2013	300.000	6.711	306.711
HSBC	R\$	116,5% do CDI	24/01/2013	100.000	2.237	102.237
				<u>400.000</u>	<u>8.948</u>	<u>408.948</u>

As debêntures têm como garantias o penhor da totalidade das ações da CART e a cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da concessão e cessão fiduciária dos direitos creditórios da conta centralizadora, que são compartilhados com o financiamento do BNDES. Possui cláusula restritiva financeira, como segue: ICSD $\geq 1,2$ e PL/ Ativo total $\geq 20\%$. As cláusulas restritivas foram atendidas.

d) LAMSA

Em 10 de janeiro de 2012, a Companhia emitiu 18.000 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 10 cada, perfazendo o montante de R\$ 180.000. Sobre as debêntures incidirão juros remuneratórios equivalentes a 107,50% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimento em 04 de janeiro de 2013, para fazer face aos investimentos decorrentes do aditivo ao contrato de concessão.

<u>Debenturistas</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Saldo em 31/03/2012</u>
Banco do Brasil S.A.	R\$	107,5% do CDI	04/01/2013	180.000	4.196	184.196
				<u>180.000</u>	<u>4.196</u>	<u>184.196</u>

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Debêntures--Continuação

e) METRÔRIO

Em 14 de março de 2012, foram subscritas 10.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$10 (dez mil reais), perfazendo o valor total de R\$100.000 (cem milhões de reais). Sobre as debêntures incidirão juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros - DI, acrescidas de 1,50% a.a. com vencimento em 14 de março de 2014. Os recursos oriundos da captação serão destinados para a quitação de dívidas vincendas da Companhia.

As Debêntures são objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de colocação e melhores esforços de colocação a serem outorgados à Companhia pelo HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, sendo R\$50.000 em regime de garantia firme de colocação e R\$50.000 em regime de melhores esforços de colocação. O prazo máximo para colocação das Debêntures pela Emissora será de 60 dias, contatos da data de emissão.

<u>Debenturistas</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Saldo em 31/03/2012</u>
HSBC	R\$	CDI + 1,50%	14/03/2014	50.000	266	50.266
				50.000	266	50.266

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Concessão de serviço público

	Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011
Circulante		
Outorga principal (a)	179.578	183.123
Outorga principal e suplementar (a)	161.621	164.810
Outorga variável CART	512	536
Obrigação de investimento imobiliário	2.501	-
	344.212	348.469
Não circulante		
Outorga principal (a)	-	1.354
Outorga suplementar (b)	48.665	55.745
Outorga principal e suplementar (a)	-	1.219
Provisão para obrigação contratual (c)	79.576	-
	128.241	58.318
Total	472.453	406.787

- (a) Refere-se ao ônus da concessão da controlada MetrôRio, assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente através da realização de investimentos. Com base no Aditivo, o saldo de R\$ 341.199 em 31 de março de 2012 será pago pela controlada MetrôRio em dação através da aquisição de carros metrô até janeiro de 2018.
- (b) De acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato, o Poder Concedente tem direito de revisão do preço da Outorga da controlada MetrôRio no evento da realização das expansões descritas nos Parágrafos 6º e 7º da Cláusula 1ª do Contrato. Até 31 de março de 2012, a controlada MetrôRio recebeu do Poder Concedente 3 estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e General Osório.

Através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, a controlada MetrôRio assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a RIOTRILHOS e CMRJ em contrapartida ao pagamento da Outorga suplementar, inclusive referente à Estação General Osório. Em 31 de março de 2012, esse compromisso somava R\$ 48.665 (R\$ 55.745 em 31 de dezembro de 2011), líquido do montante penhorado da renda da controlada MetrôRio e já depositado judicialmente, no valor total de R\$ 50.353 (R\$49.541 em 31 de dezembro de 2011). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Concessão de serviço público--Continuação

Poder Judiciário; e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem. Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, a controlada MetrôRio está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

- (c) Como parte das obrigações assumidas no contrato de concessão pela LAMSAC, a Companhia registrou o passivo de R\$ 79.576 referentes ao compromisso de construir um corredor de ônibus nas áreas da seção 1 do projeto, que após a conclusão da obra, será transferido ao poder concedente sem o recebimento de qualquer contraprestação.

17. Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Natureza da contingência	Saldo em 31/12/2011	Provisões adicionais	Provisões utilizadas	Provisões revertidas	Atualização monetária	Saldo em 31/03/2012
Trabalhistas	7.341	411	-	(306)	(100)	7.346
Cíveis	7.834	408	(8)	(435)	255	8.054
Tributária	182	-	-	-	-	182
Outros	985	-	-	-	-	985
Total	16.342	819	(8)	(741)	155	16.567
Depósitos judiciais	(1.126)					(1.130)
Contingências líquidas	<u>15.216</u>					<u>15.437</u>

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais-- Continuação

a) Contingências cíveis

As controladas são parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário e metroviário.

b) Contingências trabalhistas

As controladas são parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. A Companhia e suas controladas são ré em processos de natureza cível, trabalhista e tributário, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Amparada na opinião de seus consultores jurídicos, não foi efetuada provisão para contingências com esta avaliação.

18. Provisão para manutenção

As controladas constituem provisão para grandes manutenções, quando aplicável, conforme determinado pelo ICPC 01 – Contratos de concessão e com base no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Para calcular a provisão a valor presente é utilizada a taxa de desconto de 10%. O saldo da provisão em 31 de março de 2012 é de R\$ 15.707 (R\$ 14.679 em 31 de dezembro de 2011).

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido (controladora)

a) Capital social

Em 31 de março de 2012, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 3.351.958, representado por 429.171.372 ações, sendo 143.057.124 ações ordinárias e 286.114.248 ações preferenciais.

O capital social autorizado da INVEPAR é de R\$ 3.410.494. Respeitado o limite autorizado, o qual só pode ser alterado por deliberação da Assembleia Geral, compete ao Conselho de Administração deliberar as emissões de ações, sendo certo que os aumentos de capital se destinarão preferencialmente a investimentos nas sociedades nas quais a INVEPAR participe ou que venha a participar, observando o objeto social.

A composição acionária da INVEPAR em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 está assim constituída:

	31/03/2012				31/12/2011	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%	Total	%
Construtora OAS Ltda.	3.051.499	5.735.090	8.786.589	2,05	8.786.589	2,95
OAS Participações S.A.	17.429.354	34.858.708	52.288.062	12,18	-	-
OAS Investimentos S.A.	15.283.428	28.523.582	43.807.010	10,21	43.807.010	14,72
BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações	35.764.281	73.939.746	109.704.027	25,56	109.704.027	36,85
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	35.764.281	71.528.561	107.292.842	25,00	60.968.306	20,48
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS	35.764.281	71.528.561	107.292.842	25,00	74.421.977	25,00
Outros	-	-	-	-	-	-
Total	143.057.124	286.114.248	429.171.372	100,00	297.687.909	100,00

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da lei das sociedades por ações.

As ações preferenciais não terão direito a voto, porém terão direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado conforme Estatuto Social.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido (controladora)--Continuação

a) Capital social--Continuação

Aumentos de capital

Em 14 de julho de 2011, os acionistas FUNCEF e PETROS subscreveram e integralizaram na INVEPAR o montante total de R\$ 150.000 (R\$ 75.000 cada), representados no total por 3.644.962 ações ordinárias e 7.289.924 ações preferenciais.

Em 28 de dezembro de 2011, o acionista PETROS subscreveu e integralizou na INVEPAR o montante total de R\$ 207.875, representados no total por 4.484.557 ações ordinárias e 8.969.114 ações preferenciais.

Em 21 de março de 2012, a Assembleia Geral aprovou aumento de capital na INVEPAR pela qual foram emitidas 17.429.354 ações ordinárias (14,94% do total de ações desta classe) e 34.858.708 ações preferenciais (14,94% do total de ações desta classe) integralmente subscritas e integralizadas por OAS S.A., sociedade anônima fechada, com sede na Cidade e Estado de São Paulo. A OAS S.A. era a única titular das ações representativas do patrimônio da V.P.R. Brasil Participações S.A. ("VPR") que foram utilizadas na integralização deste aumento de capital. A VPR possuía valor contábil de R\$ 396.633 e valor justo de R\$ 829.172. A quantidade de ações a ser emitida tornou por base o valor justo da VPR e o montante de R\$ 432.539 equivalente a diferença entre o valor justo e o valor de livros da VPR foi registrado como reserva de capital, no patrimônio líquido.

Ainda em 21 de março de 2012 a Assembleia Geral aprovou um segundo aumento de capital com emissão de 26.398.467 (vinte e seis milhões, trezentas e noventa e oito mil, quatrocentos e sessenta e sete ações ordinárias e 52.796.934 (cinquenta e dois milhões, setecentos noventa e seis mil, novecentas e trinta e quatro) ações preferenciais, no montante total de R\$ 1.255.860.964,84 (um bilhão, duzentos e cinquenta e cinco milhões, oitocentos e sessenta mil, novecentos e sessenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), integralmente subscrito e integralizado em espécie pelos acionistas Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS ("PETROS") e Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF ("FUNCEF"), nas seguintes quantidades: (i) 10.956.955, ações ordinárias e 21.913.910 ações preferenciais pela acionista PETROS, no montante de R\$ 521.258; e (ii) 15.441.512 ações ordinárias e 30.883.024 ações preferenciais pela acionista FUNCEF, no montante de R\$ 734.603.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido (controladora)--Continuação

a) Capital social--Continuação

Aumentos de capital--Continuação

Nesta mesma data (21 de março de 2012), a Companhia foi comunicada pelos acionistas BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações ("Fundo BB") e OAS Investimentos S.A. ("OASI") a respeito da celebração, entre esses acionistas, de um instrumento particular de permuta de participações acionárias, por meio do qual foi ajustada uma permuta de ações ordinárias e preferenciais entre esses acionistas nas seguintes quantidades:

Acionista	Ações ON Transferidas ou Recebidas em Permuta	Ações PN Transferidas ou Recebidas em Permuta
OASI	(11.459.636)	11.459.636
Fundo BB	11.459.636	(11.459.636)

b) Reserva de retenção de lucros

A parcela remanescente do lucro líquido da INVEPAR de 31 de dezembro de 2009 foi destinada à reserva de retenção de lucros, de acordo com o Art. 196 da lei das sociedades por ações. Essa reserva de lucros foi totalmente consumida pelos prejuízos apurados em 31 de dezembro de 2010 e 2011.

c) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da lei das sociedades por ações. Parte do prejuízo apurado em 2011 foi absorvido por esta reserva.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2011	31/03/2011
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	-	-	19	140
Juros ativos	-	1.767	172	2.179
Juros sobre aplicações financeiras	6.264	-	25.840	3.472
Juros sobre debêntures	20.304	23.019	-	-
Operações de hedge	-	-	-	850
Variação monetária ativa	246	52	1.966	1.276
Variações cambiais ativas	-	-	32.789	9.065
Remuneração de clientes	-	-	80	74
Outros	1.000	58	91	69
Total receitas financeiras	27.814	24.896	60.957	17.125
Despesas financeiras				
Comissões e despesas bancárias	(40)	(37)	(277)	(2.305)
Juros passivos	-	-	(59.784)	(55.936)
Operações de hedge	-	-	-	(12.441)
Variação monetária passiva	-	-	(2.529)	(3.016)
Variações cambiais passivas	-	-	(22.994)	(1.936)
Juros sobre debêntures	(33.399)	(22.318)	(33.737)	(139)
Ajuste a valor presente	-	-	(663)	(3.437)
Outros	-	(696)	(1.950)	(2.459)
Total despesas financeiras	(33.439)	(23.051)	(121.933)	(81.669)
Total resultado financeiro	(5.625)	1.845	(60.976)	(64.544)

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

Em decorrência do Contrato de Concessão, a controlada MetrôRio absorveu alguns funcionários da antiga operadora dos serviços, os quais estavam vinculados a um plano de previdência instituído na REFER (Fundação Rede Ferroviária Federal) patrocinado por aquela empresa. As disposições do Contrato de Concessão, em sua Cláusula 24^a, facultaram à Companhia instituir seu plano de previdência privada em outra entidade de previdência.

Em 13 de agosto de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social, aprovou o novo plano de previdência patrocinado pelo MetrôRio (Multipensions Bradesco - Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada ou o "Plano"). De acordo com o regulamento deste Plano, a Companhia (patrocinadora) efetua uma contribuição complementar sobre a Contribuição Básica do empregado (participante) obedecendo às seguintes condições:

- a) Para os funcionários que ingressaram no Plano até 17 de fevereiro de 1999, contribui com 120% da sua Contribuição Básica.
- b) Para os funcionários que aderiram após o prazo definido acima, contribui com os seguintes percentuais: 0 a 9 anos de tempo de serviço - 100%; 10 a 19 anos de tempo de serviço - 110%; 20 anos ou mais - 120%.
- c) A contribuição total relativa aos itens (a) e (b) acima está limitada a 6% do salário de contribuição do participante.
- d) Ao empregado ainda é facultado efetuar contribuições voluntárias de valores variáveis, sobre as quais a patrocinadora não possui qualquer obrigação.

A controlada MetrôRio efetuou o levantamento atuarial para o ano de 2012, em conformidade com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários --Continuação

A controlada vem adotando o procedimento padrão constante dos itens 92 e 93 da referida Deliberação. Isto é, a parcela de (ganhos) perdas acumulada excedente a 10% do maior valor entre o valor presente da obrigação atuarial total e o valor justo dos ativos do plano, amortizada pelo prazo correspondente ao tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano. O valor assim calculado compõe a despesa anual prevista para o exercício subsequente.

A taxa de retorno esperado dos Ativos foi determinada pela Administração da controlada em conjunto com o gestor de investimentos, com base nas expectativas de rentabilidade de longo prazo para cada categoria de ativo dos planos de benefícios, as quais foram fornecidas pelos gestores do plano.

22. Seguros

Em 31 de março de 2012, a Companhia e suas controladas mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Empresa(s)	Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
			Início	Fim	
LAMSA	Garantia de responsabilidade	16.739	18/12/2011	17/12/2012	J.Malucelli
LAMSA	Responsabilidade civil	25.000	01/08/2011	01/08/2012	Tokio Marine
CLN	Seguro garantia	4.610	22/02/2012	22/02/2013	Cesce Brasil
CLN	Responsabilidade civil	25.000	01/08/2011	01/08/2012	Tokio Marine
METRÓRIO	Responsabilidade civil	25.000	01/08/2011	31/07/2012	Tokio Marine
METRÓRIO	Transporte nacional	4.000	12/02/2012	12/02/2013	Royal & Sunalliance
METRÓRIO	Transporte internacional	911	10/02/2012	10/02/2013	MAPFRE Seguros
CART	Garantia ampliações	119.483	16/03/2012	16/03/2013	Austral Seguradora
CART	Garantia funções operacionais	109.117	16/03/2012	16/03/2013	Austral Seguradora
CART	Responsabilidade civil	25.000	01/08/2011	01/08/2012	Tokio Marine
CRT	Responsabilidade civil	7.000	12/08/2011	12/08/2012	Chartis
CRT	Riscos de Engenharia	20.100	11/04/2011	01/09/2013	Tokio/Itaú Seguros
CRT	Riscos Operacionais	45.000	11/07/2011	11/07/2012	Itaú Seguros
CRT	Seguro performance bond	13.100	22/11/2011	22/11/2012	Banco Fator
CRT	Responsabilidade Civil para Administradores D&O	10.000	15/02/2012	15/02/2013	Chartis
CBN	Responsabilidade civil para administradores D&O	20.000	08/04/2011	08/04/2012	Itaú Seguros
CBN	Responsabilidade Civil	30.000	17/08/2011	17/08/2012	Allianz
CBN	Risco de Engenharia	1.000	17/08/2011	17/08/2012	Itaú Seguros
CBN	Riscos Operacionais	30.000	17/08/2011	17/08/2012	Itaú Seguros
CBN	Seguro performance bond	85.414	17/08/2011	17/08/2012	Banco Fator
CRA	Seguro garantia	30.000	17/07/2011	17/07/2012	Banco Fator Seguradora
CRA	Responsabilidade civil	16.500	04/11/2011	04/11/2012	Allianz Seguros
CRA	Riscos operacionais	216.364	27/09/2011	30/09/2013	Itaú Seguros
CRA	Responsabilidade civil para administradores D&O	20.000	10/06/2011	10/06/2012	Allianz Seguros
Lamsa, MetrôRio, CLN e CART	Responsabilidade civil	25.000	01/08/2011	01/08/2012	Tokio Marine
Lamsa, MetrôRio, CLN e CART	Riscos Operacionais	180.000	01/08/2011	01/08/2012	Tokio Marine
Invepar, MetrôRio, Lamsa, CLN E CART	Responsabilidade Civil para Administradores D&O	35.000	22/09/2011	22/09/2012	Zurich Brasil

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2012 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos e obrigações com os Poderes Concedentes.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

▶ Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e derivativos

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras e instrumentos derivativos, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI. As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI.

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

d) Risco de taxa de câmbio

O resultado da controlada MetrôRio poderá sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu quando da assinatura do Aditivo, particularmente, com relação à aquisição de carros metrô, considerando-se que os carros serão adquiridos no mercado externo. Adicionalmente, a controlada MetrôRio possui aplicações financeiras e empréstimos no exterior.

e) Operação de derivativos

A Companhia e suas controladas adotam uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com esses passivos, ou, como exposto, eventualmente algum ativo, vedada a alavancagem através de tais operações. Em 31 de março de 2012, nenhuma empresa do grupo Invepar possuía operações com característica de *hedge*.

A Companhia e as demais controladas não efetuaram quaisquer transações com instrumentos derivativos no período findo em 31 de março de 2012.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

f) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos, os quais nem todos estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos com características de *hedge*.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM:

Empresa	Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
LAMSA	Debêntures	CDI	7.572	8.362	9.158
CART	Debêntures	CDI	34.716	43.112	51.418
CART	BNDES	TJLP	182.192	240.818	303.826
CART	BNDES	IPCA	86.870	106.117	126.762
METRÓRIO	BNDES	TJLP	186.603	222.788	258.973
METRÓRIO	FINEP	TJLP	8.114	9.065	10.017
		Taxa Câmbio			
METRÓRIO	Financiamento importação	R\$/US\$	634	793	951
METRÓRIO	Financiamento CAIXA	TR	21.977	22.677	23.378
METRÓRIO	Debênture privada	IPCA	808.086	932.288	1.069.482
METRÓRIO	Debênture HSBC	DI	72.201	97.735	128.411
CRT	BNDES direto 1	TJLP	32.530	40.663	48.796
CRT	BNDES direto 2	TJLP	9.600	12.000	14.400
CLN	Capital de Giro	CDI	4.709	5.886	7.064
CBN	FUNDESE	TJLP+3%	14.574	16.746	18.891
CBN	FAT	TJLP+4%	12.906	12.906	16.404
	Referência para passivos financeiros				
	TJLP (% ao ano)		6,00%	7,50%	9,00%
	DI (% ao ano)		9,48%	11,85%	14,22%
	IPCA (% ao ano)		5,24%	6,55%	7,86%
	Taxa de câmbio média (R\$/US\$)		R\$ 1,83	R\$ 2,29	R\$ 2,75
	TR (% ao ano)		1,14%	1,43%	1,71%

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

Resultado básico e diluído por ação	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Numerador				
Resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia	(9.292)	(15.118)	(9.292)	(15.118)
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações	310.836	273.299	310.836	273.299
Resultado básico e diluído de número de ações	(0,03)	(0,06)	(0,03)	(0,06)

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações trimestrais.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Receitas, custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar suas demonstrações dos resultados dos períodos findos em 31 de março de 2012 e 31 de março de 2011 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas

	Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011
Receita de pedágio	138.211	111.057
Receita com venda de bilhetes	126.908	102.610
Receitas acessórias	8.262	6.596
Deduções, devoluções e cancelamentos	(20.739)	(16.517)
Receita de serviços	252.642	203.746
Receita de construção	85.983	109.968
Receita Total	338.625	313.714

Custos e despesas

	Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011
Operacionais, Gerais e administrativas	86.223	74.287
Pessoal e encargos	55.907	45.628
Depreciação e amortização	48.212	36.118
Marketing e venda de serviços	5.492	4.738
Custo de Construção	84.898	106.005
Custo de serviços	141.107	102.682
Despesas gerais e administrativas	54.727	58.089
Custo de construção	84.898	106.005
	280.732	266.776

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Eventos subsequentes

Proposta vencedora e contrato de concessão

A INVEPAR, por meio do Consórcio Rio Olímpico, integrado ainda pela Odebrecht Transport Participações S.A. e CCR S.A., sagrou-se vencedora da licitação para a concessão do serviço público de implantação, operação, manutenção, monitoração, conservação, e realização de melhorias do corredor viário expresso denominado Ligação Transolímpica. Em 20 de abril de 2012 foi constituída a Concessionária Transolímpica S.A. que será a empresa responsável pela exploração da concessão O corredor expresso Ligação Transolímpica ligará as regiões da Avenida Brasil, em Magalhães Bastos, à Avenida Salvador Allende, em Jacarepaguá e sua implantação está prevista no Plano Olímpico da Rio 2016, pois fará conexão entre os centros olímpicos da Barra da Tijuca e de Deodoro.

Em 26 de abril de 2012, foi celebrado o Contrato de Concessão da Ligação Transolímpica entre a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro na qualidade de Poder Concedente e a Concessionária Transolímpica S.A., nos termos do Edital de Concorrência Pública n° 44/2011 da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.